

A FORMAÇÃO DE DOCENTES BACHARÉIS E TECNÓLOGOS PARA EPT: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

**DÉBORA DUARTE MARCHESAN¹; TABATA AFONSO DA COSTA²;
CRISTHIANNY BENTO BARREIRO³; LIANA BARCELOS PORTO⁴ PATRÍCIA
PORTO RAMOS⁴;**

*¹Instituto federal de educação ciência e tecnologia sul-rio-grandense (IFSul) –
marchesandebora@gmail.com*

*²Instituto federal de educação ciência e tecnologia sul-rio-grandense (IFSul) –
tabataacostaa@gmail.com*

*³Dra. em Educação, Instituto federal de educação ciência e tecnologia sul-rio-grandense (IFSul) –
cristhiannybarreiro@ifsul.edu.br*

⁴Dra. em Educação, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – lianabarcelosporto@gmail.com

*⁵Dra. em Educação, Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) –
patricia-pramos@educar.rs.gov.br*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca trazer uma breve discussão sobre a formação docente para Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especificamente dos bacharéis e tecnólogos, que em sua formação optaram por um curso superior sem a intencionalidade de se tornarem professores. Uma formação superior, seja no bacharelado ou no tecnólogo, não possui como objetivo precípua formar professores, nem promover discussões sobre as ciências da educação, ou seja, “[...] não se dedica tempo, nem formação à que essa seja uma importante atribuição do futuro profissional” (BARROS, 2017, p. 19).

A ausência de nitidez na legislação brasileira somada às incertezas e dificuldades históricas na formação de professores para a EPT (MACHADO, 2015) tornam evidente a forma precária com que esta modalidade vem sendo tratada no país. Existe na EPT “[...] um número expressivo de professores, bacharéis ou tecnólogos, que não possuem licenciatura” (OLIVEIRA, 2008, p. 168), ou seja, possuem uma formação que não está focada no desenvolvimento do saber pedagógico e do saber das ciências da educação. Isso pode contribuir para que se perpetue a ideia equivocada de que: para ser professor da EPT basta possuir conhecimento técnico e experiência profissional, priorizando exclusivamente o saber-fazer vinculado ao conteúdo e às práticas da disciplina a ser ministrada.

O papel do docente da EPT não é o de instruir e treinar mão de obra especializada para o mundo do trabalho, nem para a execução alienada de tarefas, mas, fundamentalmente, de um educador que procura promover o desenvolvimento integral do aluno, buscando desenvolver a autonomia e o pensamento crítico e reflexivo de seus educandos, para que juntos, professor e estudante, possam contribuir com a construção de uma sociedade justa, com equidade e responsabilidade social. Deve-se, portanto, pensar em propostas de formação de professores que contemplem a complexidade, a imprevisibilidade e os desafios das relações educacionais. Pensar uma formação em que os professores sejam vistos “[...] como profissionais, por sua função específica na

sociedade, que exige uma formação também específica, que integra conhecimentos e compromissos pedagógicos, sociais e éticos [...]” (GATTI, 2022, p. 12) é de extrema importância, já que eles são também os agentes dessa construção integral.

2. METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada neste trabalho é construída a partir de uma revisão bibliográfica sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), articulando os objetivos dessa modalidade de ensino com a discussão acerca da formação docente, com ênfase na atuação de bacharéis e tecnólogos que ingressam sem formação específica na área da educação. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e reflexivo, que busca compreender os desafios enfrentados por esses profissionais, assim como mapear as propostas formativas desenvolvidas no contexto educacional.

A partir dessa estratégia metodológica, foi possível identificar avanços, lacunas e tensões no processo de formação de professores para a EPT. A análise possibilitou uma compreensão mais ampla e contextualizada das práticas formativas e das políticas educacionais que influenciam esse campo, contribuindo para o debate sobre a necessidade de uma formação docente que vá além do domínio técnico, integrando saberes pedagógicos, éticos e sociais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das iniciativas para a formação de professores para atuar na EPT tem sido os Cursos de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados ofertados pelos Institutos Federais (IFs). Vale destacar, o Curso de Formação Pedagógica para Graduados não licenciados, que é ofertado pelo IFSul, Campus Pelotas, na modalidade presencial. O curso

[...] nasceu em 1999, sendo reformulado por diversas vezes, em atendimento às legislações vigentes e às mudanças no mundo contemporâneo, tratando-se, portanto, de uma proposta que se origina há mais de duas décadas e sendo o único curso da cidade ofertado na modalidade presencial por instituição pública de ensino e destinado à formação de professores para Educação Profissional e Tecnológica (RAMOS, 2022, p. 64).

Embora se reconheça que talvez ainda não seja a opção ideal de formação de professores para EPT, os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados vêm sendo uma opção viável para que pessoas sejam habilitadas para exercer a docência.

Esses cursos estavam amparados pela Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 2 de 2015, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior dos professores. No artigo 14, desta resolução, pode-se encontrar que o curso é ofertado em caráter emergencial e provisório (BRASIL, 2015) para portadores de diploma de nível superior. Segundo BARREIRO e MOGARRO (2021, p. 15) esta resolução apresentou um avanço de “[...] pela primeira vez, regular a formação de professores para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, estabelecendo a

formação pedagógica para graduados não licenciados como itinerário destinado a isso [...]”, embora, destacam as autoras, “[...] permanecia em seu cerne as palavras ‘de caráter emergencial e provisório’, apontando que na visão legal, o ponto permanece sem uma solução considerada adequada” (BARREIRO; MOGARRO, 2021, p. 15, grifo das autoras).

A Resolução mais recente, CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, em seu artigo 15, não apresenta mais as características de formação emergencial e provisória tão presentes ao longo da história da formação para EPT.

Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados (bacharéis e tecnólogos), ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida, com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária total de 1.600 (mil e seiscentas) horas, com duração de, no mínimo, 2 (dois) anos (BRASIL, 2024).

O mesmo texto estabelece que 160 horas da formação devem ser de atividades acadêmicas de extensão, integralmente de forma presencial, tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos ofertados na modalidade a distância (EaD). Em relação à oferta do curso na modalidade EaD, pelo menos 340 horas da carga horária deverão ser realizadas de forma presencial.

4. CONCLUSÕES

Os desafios em relação à formação de profissionais para atuarem na EPT são inúmeros. É necessário, romper com concepções reducionistas que ainda permeiam a prática docente na EPT e que desconsideram a docência como um campo de saber e intervenção próprios. Valorizar a formação pedagógica significa reconhecer que ensinar, especialmente em contextos de educação profissional, demanda muito mais do que expertise técnica; exige compreensão das dimensões humanas, sociais e formativas do processo educativo. Trata-se de afirmar que a qualidade da educação ofertada está diretamente ligada ao preparo dos sujeitos que a concretizam, sendo imprescindível investir na constituição de identidades docentes comprometidas com uma prática crítica, reflexiva e transformadora.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRO, Cristhianny Bento; MOGARRO, Maria João. Docência e ensino profissional no Brasil e em Portugal1. **Educar em Revista**, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6NmJxpMwwGmCvsdL5chqZXH/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BARROS, Carolina Mendonça Fernandes de. **A formação pedagógica dos professores iniciantes do Instituto Federal Sul – Rio – Grandense: intencionalidade, necessidade ou desinteresse**. Tese (Doutorado) – Programa

de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017. 170p.

BRASIL. **Resolução nº 2 de 1 de julho de 2015**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP no 4, de 29 de maio de 2024**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jun. 2024. Edição: 104. Seção 1. P. 26. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-4-de-29-de-maio-de-2024-563084558>. Acesso em: 27 jul. 2025.

GATTI, Bernardete A. Duas décadas do século XXI: e a formação de professores? **Rev. Int. de Form.de Professores (RIFP)**, Itapetininga, v. 7, e022009, p. 1-15, 2022.

MACHADO, L. R. de S. Diferenciais inovadores na formação de professores para educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 8–22, 2015. DOI: 10.15628/rbept.2008.2862. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862/1003>. Acesso em: 17 mai. 2022.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A rede federal de educação profissional e tecnológica e a formação de professores para a educação profissional e tecnológica. Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica: Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

RAMOS, Patrícia Porto. **A formação inicial de professores para educação profissional e tecnológica: o curso de formação pedagógica para graduados não licenciados do IFSul, campus Pelotas**. 192 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/10218/Patricia_Porto_Ramos_Tese.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 abr. 2024.